



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125272 - MG (2020/0071662-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ADELI BATISTA EMIDIO (PRESO)
ADVOGADOS : EMANUEL BELEM GOMES - MG146893
PATRICK JUAN CLOVES DE SOUZA - MG199098
EMILIA DE OLIVEIRA ARAUJO - MG197255
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : VAGNER FRANCISCO DE PAULA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ADELI BATISTA EMIDIO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.20.006064-8/000).

Segundo consta dos autos, o recorrente teve sua prisão preventiva decretada em 12/8/2011 (e-STJ fl. 37), e foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, na forma do artigo 14, inciso II (por duas vezes), todos do Código Penal (e-STJ fl. 25).

Processada a ação penal, sobreveio sentença de pronúncia, no dia 22/4/2013, que julgou procedente a denúncia, sendo submetido o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri, mantendo-se a custódia cautelar (e-STJ fls. 42/43). No dia 22/1/2019, o réu foi levado a julgamento e pelo Júri e condenado à pena de **4 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado**, vedado do direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 19/20). A defesa, inconformada, manejou recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento (e-STJ fl. 143).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência de fundamentação idônea para justificar a manutenção da prisão preventiva do recorrente na sentença (e-STJ fl. 129). A ordem, contudo, foi denegada pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (e-STJ fl. 128):

EMENTA: HABEAS CORPUS–HOMICÍDIO QUALIFICADO –SENTENÇA PROLATADA –PROIBIÇÃO DE RECORRER EM LIBERDADE –DECISÃO FUNDAMENTADA –PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA –ORDEM DENEGADA.

Na presente oportunidade, alega a defesa ausência dos requisitos legais previstos na legislação para a manutenção da prisão, visto que "[o] Magistrado de 1º grau não apresentou fundamentação para negar ao réu o Direito de Recorrer em Liberdade, apenas se restringindo a dizer que os elementos do art. 312, do CPP, estavam presentes, porém, deixando de motivar sua decisão quanto a explicitação desses supostos elementos que estariam presentes". Do mesmo modo, "[o] o Desembargador relator do *habeas corpus* também deixou de fundamentar a Decisão, afirmando apenas que os elementos do art. 312, do CPP continuam presentes" (e-STJ fls. 151/152).

Sustenta que, no caso em questão, os pressupostos para a segregação cautelar não restaram demonstrados, argumentando que "[o] Recorrente é pessoa idônea, não atenta a ordem pública e nem causa ameaça a instrução processual" (e-STJ fl. 155), acrescentando que "[o] Princípio da Presunção de Inocência está sendo violado no caso do Recorrente" (e-STJ fl. 160).

Conclui que, ante o exposto, que as medidas cautelares se mostram suficientes para o caso, em especial a "proibição de afastar-se da comarca cumulada com dever de comparecimento periódico em juízo para justificar seus afazeres, recolhimento noturno e monitoramento eletrônico acabam com o suposto risco de fuga" (e-STJ fl. 156).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, seja o recurso provido para revogar a prisão preventiva do recorrente, mediante ou não a aplicação de medidas cautelares alternativas, expedindo-se o alvará de soltura (e-STJ fl. 165).

É o relatório, **decido**.

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de habeas corpus e de recurso em habeas corpus, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contraria (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do Parquet que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

Busca-se, em síntese, assegurar ao recorrente, **condenado à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão pelo crime de tentativa de homicídio**, o direito de recorrer da sentença em liberdade.

Com efeito, nos termos do § 1º do art. 387 do CPP, ao proferir sentença, [o] juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta."

No caso em exame, o Tribunal reconheceu que a fundamentação declinada na sentença atendo às exigências legais. Confira-se (e-STJ fls. 129/130):

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado nas iras do artigo art. 121, §2º, I, na forma do art. 14, II, ambos do CP, tendo sido submetido à pena de 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicialmente fechado. O douto Magistrado houve por bem denegar-lhe o direito de recorrer em liberdade nos seguintes termos:

(...) Deixo de conceder ao réu o direito de recorrer em liberdade desta decisão, eis que se fazem presentes os motivos de sua custódia preventiva, na forma do art. 312 do CPP, para garantia da ordem pública (...)." (Ordem nº 02)

Ressalta-se que no presente caso, a decretação da prisão teve como fundamento a garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade do crime perpetrado pelo paciente, sobretudo na periculosidade do agente.

Tal elemento, por si só, basta à configuração da necessidade da medida extrema para garantia da ordem pública, não cessando, até o presente momento, os motivos que ensejaram a sua custódia.

Mutatis mutandis reza o art. 387 e seu novel parágrafo único do CPP:

Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: Omissis. Parágrafo único. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta. (Incluído pela Lei 11.719 de 2008)

Tal dispositivo é mais consentâneo com o princípio constitucional da presunção de inocência -insculpido no art. 5º, inciso LVII -e também com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional do juiz, que impõe a fundamentação a todas as decisões judiciais -inscrito no inciso IX do art. 93 da Carta Magna -.

Destarte, há na sentença a fundamentação, com supedâneo no art. 312 do CPP, segundo a concepção do Magistrado.

Daí porque a prisão cautelar, na espécie, há de permanecer, à míngua de coação ilegal.

Entendo que, ao contrário do que concluiu o acórdão, a fundamentação declinada não resiste ao critério de legalidade.

Isso porque "[a] prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. " (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014).

No caso, como visto, **o Juízo sentenciante fez apenas menção aos termos da lei e**, como é cediço, a jurisprudência "[...] rechaça a prisão preventiva decretada somente com base na gravidade em abstrato do delito ou mediante a repetição dos predicados

legais e a utilização de fórmulas retóricas que, em tese, serviriam para qualquer situação. Precedentes: RE 217.631, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, julgado em 09/09/1997; HC 98.006, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, julgado em 24/11/2009" (HC n 125.957, Relator Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 24/02/2015, publicado em 13/3/2015).

Em igual sentido:

(...) A fundamentação dos atos decisórios qualifica-se como pressuposto constitucional de validade e eficácia das decisões emanadas do Poder Judiciário. A inobservância do dever imposto pelo art. 93, IX, da Carta Política, precisamente por traduzir grave transgressão de natureza constitucional, afeta a legitimidade jurídica da decisão e gera, de maneira irremissível, a conseqüente nulidade do pronunciamento judicial. (...) (HC n. 80.892, Relator Min. Celso de Mello, julgamento em 16/10/2001, Segunda Turma, DJ de 23-11-2007).

(...) A decisão, como ato de inteligência, há de ser a mais completa e convincente possível. Incumbe ao Estado-Juiz observar a estrutura imposta por lei, formalizando o relatório, a fundamentação e o dispositivo. (...). O juiz é um perito na arte de proceder e julgar, devendo enfrentar as matérias suscitadas pelas partes, sob pena de, em vez de examinar no todo o conflito de interesses, simplesmente decidi-lo, em verdadeiro ato de força, olvidando o ditame constitucional da fundamentação, o princípio básico do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. (RE n. 435.256, Relator Min. Marco Aurélio, julgamento em 26/5/2009, Primeira Turma, DJE de 21-8-2009).

(...) A garantia constitucional estatuída no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, segundo a qual todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas, é exigência inerente ao Estado Democrático de Direito e, por outro, é instrumento para viabilizar o controle das decisões judiciais e assegurar o exercício do direito de defesa. (...) (RE n. 540.995, Relator Min. Menezes Direito, julgamento em 19/2/2008, Primeira Turma, DJE de 2/5/2008).

(...) E inquestionável que a exigência de fundamentação das decisões judiciais, mais do que expressiva imposição consagrada e positivada pela nova ordem constitucional (art. 93, IX), reflete uma poderosa garantia contra eventuais excessos do Estado-Juiz, pois, ao torna-la elemento imprescindível e essencial dos atos sentenciados, quis o ordenamento jurídico erigi-la como fator de limitação dos poderes deferidos aos magistrados e Tribunais. (HC n. 68.202, Relator Min. Celso de Mello, julgamento em 6/11/1990, Primeira Turma, DJ de 15/3/1991).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, c, do RISTJ, **dou provimento** ao presente recurso para relaxar a prisão preventiva do recorrente, ressalvada a possibilidade de que seja novamente decretada de forma fundamentada e com base em elementos contemporâneos ou de aplicação de outras medidas cautelares mais brandas.

Comunique-se, com **urgência**, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator